



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº 156 - PLEN
(à PEC nº 133, de 2019)

Dê-se a seguinte redação aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 42 da Constituição Federal, nos termos do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2019 e suprima-se o § 11 do art. 144 da Constituição Federal, incluído pelo art. 1º da referida Proposta:

“Art. 1º

‘Art. 42.

§ 1º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no § 8º do art. 14 e nos §§ 2º e 3º do art. 142, cabendo a lei do respectivo ente federativo dispor sobre o ingresso e os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.

§ 2º Lei do respectivo ente federativo disporá sobre a inatividade e a pensão dos militares dos Estados e do Distrito Federal, observadas as normas gerais estabelecidas pela União, na forma do inciso XXI do art. 22.

§ 3º Lei do respectivo ente federativo poderá:

I - estabelecer regras para o militar transferido para a reserva exercer atividades civis em qualquer órgão do respectivo ente federativo por meio de adicional, o qual não será incorporado ou contabilizado para revisão do benefício na inatividade, não servirá de base de cálculo para outros benefícios ou vantagens e não integrará a base de contribuição do militar;

II - estabelecer requisitos para o ingresso, mediante processo seletivo, de militares temporários, cujo prazo máximo de permanência no serviço ativo será de oito anos.” (NR)

Recebido em 18/9/19
Hora: 19:04
Renata Dossan Salimnia - Mat. 315749
COM/SGF



SF/19412.23212-82

Página: 1/6 18/09/2019 15:34:56

0988bd89e32d98efcd092f8a0c652d6563eac124



SENADO FEDERAL

JUSTIFICAÇÃO

A redação proposta para os §§ 1º e 2º do art. 42 da Constituição tem por objetivo a sua compatibilização com a alteração que a PEC nº 06/2019 trará ao inciso XXI do art. 22, prevendo que caberá à União estabelecer as normas gerais relativas à inatividade e pensão dos militares estaduais.

Em paralelo, encontra-se em discussão na Comissão Especial que analisa o Projeto de Lei nº 1.645/2019 proposta para que esse diploma legal venha a definir essas normas gerais, por meio de alteração do Decreto-Lei nº 667/1969. Dessa forma, as normas gerais sobre inatividade e pensão constarão de legislação ordinária editada pela União, preservando uma simetria com os militares das Forças Armadas, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal legislarem suplementarmente naquilo que com elas não conflite.

O § 3º contempla proposta que constava do texto original da PEC nº 06/2019, autorizando que possam ser implementadas pelos Estados, para os seus militares, duas práticas hoje já adotadas pela União em relação aos militares das Forças Armadas, com bons resultados: a possibilidade de aproveitamento de militares da reserva em atividades civis e de contratação de militares temporários.

Por outro lado, propõe-se a supressão do art. 144, uma vez que esse dispositivo vai em sentido contrário ao que se busca com a PEC nº 06/2019, que é o equilíbrio e sustentabilidade dos regimes previdenciários.

Os profissionais da segurança pública continuarão contando com tratamento diferenciado, que lhes permitirá uma aposentadoria com idade e tempo reduzidos em relação aos demais trabalhadores e servidores públicos.

A inclusão do § 11 no art. 144 criaria um novo regime de previdência para esses servidores, contrariando a determinação de existir um único regime de previdência para todos os servidores públicos, constante do § 20 do art. 40.



SF/19412.23212-82

Página: 2/6 18/09/2019 15:34:56

0988bd89e32d98efcd092f8a0c652d6563eac124





SENADO FEDERAL

Além disso, possibilitaria que diversas outras categorias que supostamente exerçam atividades de risco sejam incluídas no art. 144 e passem a contar com esse regime especial.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO



SF/19412.23212-82

Página: 3/6 18/09/2019 15:34:56

0988bd89e32d98efcd092f8a0c652d6563eac124





SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - PLEN, à Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2019, que "Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências".

#	NOME DO SENADOR	ASSINATURA
1	Marcelo Cortes	
2	Soryana Valente	
3	Emmanuel Born	
4	EDUARDO MARTA	
5	Paulo Paim	
6	Jorge Mello	
7	AROLDE	
8	Otto Alencar	
9	Luiz de Lima	
10	JOSE SERRA	
11	Marco Rogério	
12	SIMONE TADEU	
13	SORAYA THRONICK	



SF/19412.23212-82

Página: 4/6 18/09/2019 15:34:56

0988bd89e32d98efcd092f8a0c652d6563eac124





SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - PLEN, à Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2019, que "Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências".

#	NOME DO SENADOR	ASSINATURA
14	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
15	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
X 16	Marcelo Castro	<i>[Assinatura]</i>
17	LUIS CARLOS HOIWE	<i>[Assinatura]</i>
18	ELMARIO FERRER	<i>[Assinatura]</i>
19	CIRO	<i>[Assinatura]</i>
20	Carlos Lima	<i>[Assinatura]</i>
21	ROSE DE FREITAS	<i>[Assinatura]</i>
22	Omar Aziz	<i>[Assinatura]</i>
23	Plínio Valério	<i>[Assinatura]</i>
24	VANDERLAN	<i>[Assinatura]</i>
25	DAWIGLA RIBEIRO	<i>[Assinatura]</i>
26	IZABELA	<i>[Assinatura]</i>



SF/19412.23212-82

Página: 5/6 18/09/2019 15:34:56

0988bd89e32d98efcd092f8a0c652d6563eac124





SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - PLEN, à Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2019, que “Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências”.

#	NOME DO SENADOR	ASSINATURA
27	CONFUSIO MOURA	
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		



SF/19412.23212-82

Página: 6/6 18/09/2019 15:34:56

0988bd89e32d98efcd092f8a0c652d6563eac124

